

# Urgente a recuperação das exportações

Economia Brasil

CARLOS TAVARES DE OLIVEIRA

7 MAI 1987 O GLOBO

O saudoso Presidente Tancredo Neves, com sua reconhecida lucidez e objetividade, pouco antes de morrer, afirmara que a dívida externa se paga com dinheiro e dinheiro se consegue com exportações. Nada mais correto e cristalino para se equacionar, de uma vez por todas, o grave problema que aflige toda a Nação.

A grande maioria da população brasileira sabe que está usufruindo dos benefícios dos empréstimos externos — formados pela poupança pública dos outros povos, aglutinada em mais de 700 bancos estrangeiros credores — e reconhece que o País terá de honrar a dívida contraída, o quanto antes melhor. A tão decantada soberania nacional, compreende, sobretudo, o fiel cumprimento dos compromissos internacionais.

Lamentavelmente, a administração do íntegro ex-Ministro da Fazenda, influenciada por adeptos da equivocada tese de que o mercado externo prejudicava o crescimento do mercado interno, massacrou as exportações de tal forma que o Brasil passou a ostentar surpreendentes recordes negativos em seu comércio exterior. Assim, enquanto cresciam as exportações de quase todos os países, em particular as dos em desenvolvimento, as do Brasil declinavam, sucessivamente, em

1985 (menos de cinco por cento) e em 1986 (menos 12 por cento), quando registrou o mediocre total de US\$ 22,3 bilhões. A queda, em números absolutos, de US\$ 4,6 bilhões nas vendas externas, nesses dois últimos anos, significou substancial perda de importantes mercados, conquistados a duras penas pelo empresariado nacional, como os do produtos siderúrgicos, dós-calçados, têxteis, auto-peças, navios, entre outros.

O superávit comercial, nesse período fatídico, caiu de US\$ 13 bilhões, em 1984, para US\$ 9,5 bilhões, no ano passado. As importações, por seu turno, comprimidas a menor decorrência da necessidade de se produzir saldos e da ausência de divisas da declinante exportação, de US\$ 13,9 bilhões, em 1984, somaram apenas US\$ 12,8 bilhões, em 1986. O Brasil, retornando aos resultados de oito anos atrás, passou a possuir, um dos menores índices de importação-Produto Interno Bruto (PIB), em torno de cinco por cento, inconcebível para o nível de desenvolvimento do País.

Paralelamente, de celeiro mundial tornou-se o segundo maior importador de alimentos, atrás apenas da União Soviética, em face da maciça e — na maioria dos casos, inexplicável aquisição de arroz, feijão, carne, milho, peixes e até ovos e café. Nesse ano da

malograda aplicação do Plano Cruzado, passou o Brasil a ser conhecido no mercado internacional como perdulário importador de todo tipo de alimento encalhado ou até estragado, como a carne e o leite em pó da Comunidade Econômica Europeia; milho e feijão da América Latina e arroz da Tailândia.

Devemos, também, ter ficado bem colocados no ranking de importação de cervejas, vinhos, bem como de artigos requintados da gastronomia mundial. Isto sem falar nas escandalosas importações de verdadeiros rebanhos de vacas, cavalos de raça e até cabritos, por vôos a jato, **charters**, provenientes da Europa e América do Norte.

Como as escassas divisas obtidas com as exportações eram, evidentemente, insuficientes para cobrir essas excessivas despesas com importações e serviços, foram consumidas também cerca de US\$ 6 bilhões das nossas preciosas reservas cambiais. Observadores internacionais, principalmente europeus, voltaram a pensar no triste estigma lançado pelo General De Gaulle — de que o Brasil não é País sério — quando, logo após essa inacreditável orgia de gastos de centenas de milhões de dólares, foi solenemente anunciada a suspensão do pagamento dos juros da dívida

externa.

Certamente, os "demônios" de que falava o Presidente Sarney, na posse do Ministro Bresser Pereira, tiveram atuação destacada nessa total desorganização do comércio exterior brasileiro. Delimitado por injunções, em particular as partidárias, será árduo o trabalho do Ministro para recuperar as exportações, recompor as reservas cambiais e produzir os superávits comerciais necessários ao indispensável retorno ao pagamento dos juros da dívida externa. Em seu discurso de posse, ele foi claro e objetivo: "a taxa de câmbio deve ser realista, garantindo a competitividade de nossas exportações e o equilíbrio do balanço de pagamentos". Passando a ação, em seguida, decretou a desvalorização de 8,5 por cento do cruzado, sem prejuízo das desvalorizações diárias.

Embora o reajuste efetivado corresponda apenas a menos da metade do percentual reclamado pelos exportadores, demonstrou o Ministro que é sensível ao problema. Pode ser que, agora, seja, de forma efetiva, assegurada a "volta da confiança no esforço para exportar", preconizada recentemente pelo Presidente da República.

CARLOS TAVARES DE OLIVEIRA é  
consultor de comércio Exterior da  
Confederação Nacional do Comércio